



(18) 3222-4399

CIRULABOR PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA.

Produtos Médicos - Hospitalares - Odontológicos - Medicamentos

cirulabor@muramet.com.br



CNPJ 47.063.094/0001-01

Inscrição Estadual 562.054.368.112

Inscrição Municipal 23432

CIOP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2021

PROCESSO Nº 29/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE INSUMOS PARA CONTROLE DE DIABETES PARA 23 (VINTE E TRÊS) MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES

A empresa **CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA - EPP**, inscrita no **CNPJ nº 47.063.094/0001-01**, estabelecida na Rua José Teodoro nº 126, Vila Euclides, CEP 19014-220, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, Telefone (18) 3222-4399, por seu representante legal subscritor, vem, com fulcro no Artigo 21 Inciso II do Decreto Federal nº 7.892/2013, solicitar o **CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2021**; liberando esta empresa e convocando os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação para o **item 01 (Seringa para Insulina)**, disposto nos incisos I e II do artigo 19 do referido decreto, pelas razões a seguir aduzidas.

Em 16 de novembro corrente, esta empresa, detentora da Ata de Registro de Preços nº 198/2021, apresentou requerimento para concessão do reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste, disposto no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal 8.666/93, uma vez que o Edital de Pregão Eletrônico nº 15/2021 não previu o reajuste adequado conforme estabelece o artigo 40 inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

Entretanto, a Diretoria Jurídica do CIOP opinou pela não deliberação do realinhamento para o reequilíbrio econômico financeiro de direito, e, contudo, pela manutenção do valor registrado na Ata de Registro de Preços em curso, do item 01 (Seringa para Insulina), exarado no Parecer Jurídico de 18 de novembro de 2021.

CIRULABOR PRODUTOS
CIRURGICOS
LTDA:47063094000101

Assinado de forma digital por
CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS
LTDA:47063094000101
Dados: 2021.12.07 17:46:20 -03'00'

No entanto, *data venia*, insta salientar que esta empresa não contribuiu para o desequilíbrio inflacionário qual estamos vivenciando, consequente da forte alta de preços.

Sobretudo, em razão da atual instabilidade econômica, os preços de mercados estão totalmente imprevisíveis, quiçá poderá resultar em consequências incalculáveis.

Aliás, oportuno destacar, que, do mesmo modo que se pleiteia o reajuste, em razão do aumento de preços de mercado, a revisão também é necessária para eventual redução (utopia), prerrogativa do § 2º do artigo 58 da Lei 8.666/93.

Destarte, os preços registrados poderão, na forma da lei, ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro, para mais ou para menos, com fulcro no Artigo 17 do Decreto Federal nº 7.892/2013 *ipsis litteris*:

***“Artigo 17 – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.*”**

O princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro tem origem constitucional e expressa previsão legal, pois, a Constituição garante aos particulares que contratam com a Administração o direito à manutenção das “condições EFETIVAS da proposta” apresentada durante o processo licitatório, disposto no artigo 37 inciso XXI. Portanto, considerando a validade de 60 (sessenta) dias da proposta apresentada na licitação, quando o preço de mercado se tornou superior ao registrado, a proposta deixou de ser efetiva após sua validade.

Sobre o assunto, destaco o conceito elaborado pelo ilustre doutrinador Hely Lopes Meirelles:

***“O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico do contrato administrativo, também denominado equação econômica ou equação financeira, é a correlação entre objeto do contrato e sua remuneração, originariamente prevista e fixada pelas partes. Essa correlação deve ser*”**



CIRULABOR PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA

Produtos Médicos - Hospitalares - Odontológicos - Medicamentos

cirulabor@muramet.com.br

(18) 3222-4399



CNPJ 47.063.094/0001-01

Inscrição Estadual 562.054.368.112

Inscrição Municipal 23432

conservada durante toda a execução do contrato, mesmo que alteradas as cláusulas regulamentares da prestação ajustada, a fim de que se mantenha a equação financeira ou, por outras palavras, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato."

Cabe, ainda, a transcrição de Marçal Justen Filho:

"O equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo é necessário quando presente acentuada elevação de preços oriunda de desequilíbrios econômicos..."

Em suma, o reajuste de preços é destinado exclusivamente ao restabelecimento da equação econômico-financeira, rompida pelas variações inflacionárias.

Insta ressaltar que, a revisão ou recomposição de preços é uma forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de um contrato, e sua aplicação independe de previsão no edital ou no contrato, ou, ainda, de periodicidade mínima para ser implementada. Para tanto, a Administração deverá realizar pesquisa de preços em pelo menos três estabelecimentos que comercializam os bens objeto da licitação, previamente às contratações, para orientação sobre preços praticados no mercado em comparação a Ata de Registro de Preços vigente.

Entretanto, apesar de todo o exposto, a Diretoria Executiva do CIOP decidiu por indeferir o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do item 01 (Seringa para Insulina) da Ata de Registro de Preços nº 198/2021.

Sendo assim, considerando que atualmente os preços de mercado tornaram-se superiores aos preços registrados, fatores que configuram em álea econômica, impossibilitando o atendimento sem que haja ajustes capazes de equalizar a relação pactuada, **não resta outra alternativa senão suplicar pelo cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 198/2021, ficando esta empresa liberada do compromisso, uma vez que não há qualquer pedido de fornecimento (Nota de Empenho) pendente de entrega.**

CIRULABOR PRODUTOS
CIRURGICOS
LTDA:47063094000101

Assinado de forma digital por
CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS
LTDA:47063094000101
Dados: 2021.12.07 17:46:43 -03'00'



CIRULABOR PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA

Produtos Médicos - Hospitalares - Odontológicos - Medicamentos

cirulabor@muranet.com.br

(18) 3222-4399



CNPJ 47.063.094/0001-01

Inscrição Estadual 562.054.368.112

Inscrição Municipal 23432

Ex positis, a Administração ficará impossibilitada de eventual emissão de Pedido de Fornecimento, antes de qualquer deliberação a respeito deste pleito.

Ressalto, por fim, que o presente instrumento dar-se-á sem prejuízo à pessoa jurídica da CONTRATANTE (Administração Pública) e da CONTRATADA, sem qualquer ônus para as partes.

Termos em que,

Pede-se e espera deferimento.

Presidente Prudente - SP, 7 de dezembro de 2021.

Clóvis José da Silva

Sócio Administrador

CPF 045.640.918-16

RG 18.233.673-6 SSP/SP

CIRULABOR PROD. CIRÚRGICOS LTDA - EPP
CNPJ: 47.063.094/0001-01 L. Est. 562.054.368.112
Rua José Theodoro, n.º 126 - Vila Euclides
Pres. Prudente (18) 3222-4399

CEP: 19.014-220 - Presidente Prudente - SP

Clóvis José da Silva
Sócio-gerente
R.G.: 18.233.673-6
CPF: 045.640.918-16

47.063.094/0001-01

**CIRULABOR PROD.
CIRÚRGICOS LTDA. - EPP**

RUA JOSÉ THEODORO, 126
VILA EUCLIDES - CEP: 19.014-220
TEL.: (18) 3222-4399
PRESIDENTE PRUDENTE - SP.

CIRULABOR
PRODUTOS
CIRURGICOS

LTDA:47063094000101

Assinado de forma digital por
CIRULABOR PRODUTOS
CIRURGICOS

LTDA:47063094000101

Dados: 2021.12.07 17:46:54 -03'00'

MEMORANDO INTERNO N º 190/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Pedido de Reequilíbrio Econômico – Pregão Eletrônico nº 15/2021 – SRP – nº 198/2021

Interessado: Cirulabor Produtos Cirúrgicos – LTDA.

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa CIRULABOR PRODUTOS CIRÚRGICOS – LTDA, às fls. 435/438, sobre o pedido de cancelamento da Ata de Registro de Preço nº 198/2021 referente ao Pregão Eletrônico nº 15/2021.

Após, ao Diretor Executivo para decisão final.

Presidente Prudente, 09 dezembro de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 09 / 12 /2021

Setor Jurídico: _____



PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS. (Memorando Interno 190/2021)

ORIGEM: CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA EPP

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 198/2021.

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de cancelamento da Ata de Registro de Preço nº 198/2021 no qual está o **item 01 - SERINGA COM AGULHA ACOPLADA PARA APLICAÇÃO DE INSULINA. DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICA, COM CAPACIDADE PARA 1ML/100UI E AGULHA FIXA DE 8,0 x 0,30 mm DE CALIBRE (30G). CORPO LUBRIFICADO, COM ESCALA EXTERNA GRAVADA, INDELÉVEL, PRECISA E VISÍVEL ATÉ 100UI, COM DIVISÕES DE 2 EM 2 UNIDADES INTERNACIONAIS. FLANGE COM FORMATO ANATÔMICO, PARA APOIO DOS DEDOS E QUE CONFIRA ESTABILIDADE À SERINGA QUANDO EM SUPERFÍCIE PLANA. ÊMBOLO DESLIZÁVEL, AJUSTADO AO CORPO DA SERINGA, DE MODO A IMPEDIR A ENTRADA DE AR, COM ANEL DE RETENÇÃO DE BORRACHA FIXADO EM SUA EXTREMIDADE. AGULHA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA, NIVELADA, POLIDA, CILÍNDRICA, RETA, OCA, COM BISEL TRI FACETADO, AFIADA, COM CANHÃO TRANSLÚCIDO, PROVIDA DE PROTETOR QUE PERMITA PERFEITA ADAPTAÇÃO DO CANHÃO. EMBALAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE E ESTERILIZAÇÃO DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E QUE PERMITA A ABERTURA E A TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSÉPTICA. O PRODUTO DEVE AINDA ATENDER A NBR ISO 8537/2012 E APRESENTAR CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO, EMITIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) EM PLENA VIGÊNCIA. NECESSÁRIO APRESENTAR FOLHETO COM DESCRIÇÃO DO PRODUTO, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA EPP, sob a justificativa do aumento**



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

inopinado em razão da pandemia e a negativa por parte desta Diretoria do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

2. O documento analisado é a solicitação do cancelamento da Ata de Registro de Preço nº 198/2021.

3. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

4. Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

5. A solicitação analisada reitera como fundamento o aumento do preço do item em apreço no mercado, a diferença constatada durante a vigência da ata foi de tamanha expressividade que é necessária à recomposição do valor pelo qual foi registrado para que se mantenha o equilíbrio pactuado.

6. Embasa o seu pedido de cancelamento com argumentos doutrinário acerca da possibilidade da concessão do reequilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preço. A previsão legislativa deste ocorre para abranger outras situações.

7. O que foi exposto é a inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o reajuste do preço registrado em ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela. Pois contaria aos Princípios da Eficiência e da Economia a Administração Pública realizar um procedimento administrativo, cuja finalidade é o registro do preço de um item e esta admitir a sua alteração toda vez que houver a alteração do preço no mercado com a argumentação de sua imprevisibilidade.

8. Perceba que a exegese do pensamento é a perda da transparência dos atos da Administração e o descontrole na previsão orçamentária. Pois a admissibilidade da alteração do valor com a alegação da ocorrência de um ato inopinado e hábil tão somente a colação de notas fiscais para alterar os valores, não haverá controle orçamentário.

9. Não pode também a Administração Pública anuir com a anulação de um item licitado tão somente com a argumentação do aumento do preço do item.

10. Insta asseverar que como o processo licitatório transcorreu integralmente com a pandemia do COVID-19 já instalada globalmente e com seus efeitos tangíveis em todas áreas, o cancelamento do item necessita de uma justificativa **extremamente fundamentada**.

11. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

XIV - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

14.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.2. A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante poderá ser punida com Advertência.

14.3. As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas e aplicadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado, com envio do pedido de empenho.

14.4. A contratada poderá sofrer multa prevista na forma do item 14.5 a 14.8, nas hipóteses de mora ou inexecução do contrato.

14.5. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Compra ou apresentar documento de habilitação técnica, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso

fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.6. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.7. A multa por atraso prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 14.1.

14.8. A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 14.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.9. O valor da multa serão pagos aos cofres do CIOP.

14.10. O prazo para pagamento de multa será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

14.10.1 O não pagamento da multa poderá implicar a cobrança judicial aos cofres do CIOP.

14.11. Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa e interposição de eventual recurso, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

14.12. As decisões e intimações serão publicadas no Diário Oficial do Estado no caso de empresa apurada não seja localizada por carta com aviso de recebimento ou e-mail, considerando-se a contagem de prazo para todos os efeitos no primeiro dia útil a partir da publicação.

14.13. As decisões sobre sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

14.14. Será considerado com endereço físico vigente da empresa Detentora da Ata aquele cadastrado no sítio eletrônico da Receita Federal.

14.15. A aplicação de eventual sanção será realizada pela Diretoria Executiva do CIOP, após relatório opinativo fundamentado da Chefia de Compras, Licitações e Contratos, responsável pela apuração.

14.16. Será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de eventual recurso em face da decisão proferida, que deverá ser endereçado ao Presidente do CIOP, que proferirá sua decisão após parecer jurídico opinativo da Diretoria Jurídica do órgão.

12. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

13. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

14. Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA EPP sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO




CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

15. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pelo indeferimento do cancelamento da Ata de Registro de Preço nº 198/2021 em que a empresa CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA EPP sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 25 de janeiro de 2022.


Dr. SERGIO RICARDO STUANI
OAB/SP 202.487
Diretor Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 09/2022

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de Cancelamento da Ata de Registro de Preço – Pregão Eletrônico nº 15/2021

Interessado: CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA EPP – SRP – nº 198/2021

Encaminho o Parecer Jurídico às fls. 440/445 que opinou pelo indeferimento do pedido de cancelamento da ata de registro de preço nº 198/2021, em razão de não ter demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique.

Presidente Prudente, 28 de março de 2022



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DA DIRETORA EXECUTIVA

Assunto: Pedido de Cancelamento da Ata de Registro de Preço – Pregão Eletrônico nº 15/2021

Interessado: CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA EPP – SRP – nº 198/2021

Trata-se de solicitação de cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 198/2021, alegando, em síntese, o aumento inopinado em razão da pandemia e negativa por parte desta Diretoria do pedido de reequilíbrio econômico – financeiro.

O Setor Jurídico às fls. 440/445, opinou pelo indeferimento do cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 198/2021, por não ter sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível justificável.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **CIRULABOR PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA**, possuidora do **CNPJ nº 47.063.094/0001-01**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 28 de março 2022.



MARIA HELOISA DA SILVA CUVOLO
Diretora Executiva - CIOP

448
Ø



CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

IMPrensa Oficial

Licitação

DESPACHO DA DIRETORA EXECUTIVA

Despacho da Diretora Executiva. Assunto: solicitação cancelamento da ata de registro de preço, Pregão Eletrônico nº 15/2021. Interessada: **CIRULABOR PRODUTOS CIRÚRGICOS - LTDA**, possuidora do **CNPJ nº 47.063.094/0001-01**. Decisão: **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** do pedido de cancelamento da ata de registro de preço nº 198/2021, conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP, Pres. Prudente, 28 de março de 2022.

